



ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim*: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008.

A geoeconomia das nações no início do século XXI

William Vella Nozaki ¹

A atual crise financeira que, partindo do setor imobiliário norte-americano e passando pelo sistema bancário internacional, atingiu o crédito global e desencadeou um conjunto de intervenções por parte dos governos e bancos centrais que parece confirmar a derrocada das ondas neoliberal (implementada na última década pela restauração monetarista) e neoconservadora (sugerida nessa década pelo Projeto para o Novo Século Norte-Americano).

O cenário de incertezas abre um conjunto de questões: Quais serão os rumos da globalização? A hegemonia norte-americana está em declínio ou ascensão? O dólar pode ser substituído no atual sistema monetário-financeiro internacional? O comércio entre os países indica uma nova divisão internacional do trabalho? Qual o papel da China no novo cenário internacional? Quais os impactos das novas mudanças para as periferias latino-americana e asiática? As perguntas são muitas, poucas são as tentativas de tentar organizá-las a fim de sugerir respostas capazes de respeitar a urgência de novos temas no momento da emergência de transformações significativas.

É nesse esforço de combinar interpretação estrutural de longo prazo e explicação conjuntural de curto prazo que se insere o recente livro *Adam Smith em Pequim*, uma obra que ensaia, cada uma a sua maneira, mas sempre através da economia política internacional, tentativas de compreender o princípio histórico e os princípios teóricos do século XXI.

Em *Adam Smith em Pequim*, Arrighi investe em uma releitura da economia política clássica a fim de compreender as novas configurações

(1) Bacharel em Ciências Sociais (FFLCH/USP); mestrando em Desenvolvimento Econômico, área de concentração: História Econômica (IE/Unicamp). E-mail: willnozaki@gmail.com.

geoeconômicas e geopolíticas que têm marcado, sobretudo, as relações entre a América do Norte e a Ásia Oriental.

A tese central do livro leva a cabo uma inquietação polêmica que já apareceu em outras análises do autor: a ideia de que, em uma perspectiva histórica de longo prazo, o princípio do século XXI só poderá ser compreendido à luz das revoltas contra o Ocidente, causadas pelo fim da hegemonia norte-americana, e da restauração do Oriente, consequência da ascensão chinesa. Vale a pena observar com cuidado o modelo teórico-histórico desenvolvido pelo autor.

Para Arrighi importa ressaltar que, na economia política internacional, duas civilizações se formaram a um só tempo, mas com história e lógica distintas. De um lado, o *sistema interestatal europeu-ocidental*; de outro, o *sistema interestatal asiático-oriental*, ambos organizados em torno de relações políticas e econômicas divergentes entre si.

Enquanto o sistema europeu se conformava com base na competição militar e na expansão geográfica externa, o sistema asiático se estabelecia com base na cooperação comercial e na expansão geográfica interna; mais ainda, enquanto a alta frequência de guerras entre os Estados europeus consolidava tendências para a construção de impérios ultramarinos com relações de subordinação com suas periferias, a maior concentração no comércio de curta distância entre os Estados asiáticos instituíam tendências para o estabelecimento de impérios terrestres com relações de associação com suas periferias.

Trata-se, pois, de trajetórias distintas que resultam na conformação de dois modelos diferentes de desenvolvimento econômico: o primeiro, marcado pela priorização do comércio exterior que culmina na formação do capitalismo, tal como teorizado por Karl Marx; e o segundo, marcado pela priorização do mercado interno, como que exemplificando a formação da economia de mercado tal qual descrita por Adam Smith, donde o passeio cruzado sugerido pelo título do livro: Adam Smith na China, Karl Marx nos EUA.

Ao iniciar a análise, o autor repassa de maneira estilizada a histórica secular europeia e asiática, aportando no século XVIII, momento em que a trajetória paralela das duas civilizações se cruza, desaguardo num efetivo antagonismo, e em que Adam Smith formula suas proposições sobre o desenvolvimento “natural” da China e o desenvolvimento “antinatural” das colônias norte-americanas. Com isso compõe aquilo que a bibliografia convencionou denominar de “a grande divergência”, ou seja, a bifurcação de

um sistema europeu baseado na divisão técnica do trabalho (resultado da Revolução Industrial) e um sistema asiático, comparativamente, centrado mais na divisão regional do trabalho (resultante da proliferação de unidades produtivas domésticas, comunitárias).

Uma leitura mais atenta denuncia como Arrighi parece buscar uma justificativa ancestral e improvável para os atuais modelos de organização da produção e do trabalho taylorista-fordista (ocidental) e toyotista de acumulação flexível (oriental). Entretanto, mais interessantes do que suas sugestões sobre o mundo do trabalho são suas provocações sobre o mundo do capital. Para Arrighi o que chama a atenção é a maneira como a leitura contemporânea de Smith torna evidente a distinção fundamental entre o modelo europeu, caracterizado pelo uso intensivo de capital e energia, e o modelo asiático, caracterizado pelo uso intensivo de mão-de-obra e poupador de energia. Por trás desse achado analítico, incita o autor, é que se pode ensaiar uma explicação para a ascensão europeia daquele período e para a restauração asiática atual. Vejamos.

Enquanto a Europa partia da agricultura para o comércio exterior via Revolução Industrial, a Ásia partia da agricultura para a manufatura via mercado interno. O que salta à vista nesse encadeamento é a conclusão a que nos conduz Arrighi: a falta de dinâmica do capitalismo não está na produção agrícola; do mesmo modo, a estrutura do capitalismo é causa, e não consequência, da industrialização. Afinal, a riqueza e o poder da burguesia europeia emergem, sobretudo, do comércio de longa distância; dessa riqueza é que deriva o poder do capital.

Assim sendo, o que permite o avanço incontestável do modelo ocidental a partir do século XIX com a Inglaterra e sua consolidação durante o século XX com os EUA é a combinação entre capitalismo (comércio exterior de longa distância), militarismo (competição bélica interestatal) e industrialismo (produção em escala e de escopo); e a amálgama desses elementos é o que o autor chama de financeirização, ou dominação pelas altas finanças.

Para comprovar seu desencadeamento lógico, Arrighi lança mão de mais uma comparação histórica, dessa vez no interior do próprio sistema interestatal europeu, entre a “grande depressão”, que de 1873 a 1896 acabou conduzindo à hegemonia do padrão ouro-libra, e a “estagnação persistente”, que entre 1973 e 1993 legitimou o padrão dólar-flexível. Para o autor trata-se de duas crises causadas por corridas que levam países retardatários a alcançar países hegemônicos, o que desencadeia uma superprodução que perturba as

taxas de lucratividade e desloca as estratégias de dominação da esfera produtiva para a monetária.

A anatomia dessa sequência pode ser encontrada nas próprias etapas de formação, desenvolvimento e, segundo o autor, declínio da hegemonia norte-americana.

Para Arrighi, a hegemonia norte-americana pode ser dividida em três grandes períodos: em um primeiro momento (1945-1968), o que se observa é o predomínio do *keynesianismo militar e social*, em que a competição interestatal entre dois Estados beligerantes (EUA e URSS) é empreendida através de uma estratégia de mão dupla: por um lado, a corrida armamentista, por outro, o estímulo à concorrência interempresarial na esfera da produção com a reconstrução das indústrias, sobretudo alemã e japonesa, e a construção da industrialização, principalmente latino-americana.

Em um segundo momento (1968-2001), o que impera é o *neoliberalismo* alavancado pela contrarrevolução monetarista. Agora, as políticas monetária e fiscal são tornadas mais rígidas, já que o aumento da competição interempresarial do período anterior converte-se na intensificação da competição interestatal. O objetivo norte-americano passa a ser melhorar sua inserção geopolítica em relação aos países produtores de petróleo (dada a dependência energética e a fragilidade expressa pelos petrodólares) e reconquistar a posição geoeconômica do dólar (em face da desestruturação das bases monetárias internacionais manifesta no surgimento do eurodólar e de outros mercados financeiros extraterritoriais).

Por fim, há um terceiro momento, ainda em aberto, caracterizado pelo *neoconservadorismo*, ou hegemonia sem dominação, instante em que a Guerra contra o Terror sepulta, definitivamente, o projeto de globalização e as iniciativas econômicas multilaterais norte-americanas das décadas anteriores, que são substituídas pelas investidas militares unilaterais da era Bush. Seguindo seu ímpeto sintetizador, a equação final do autor é: quanto menor a concorrência interempresarial pelos preços, maior a presença da lucratividade pelas finanças e mais intensa a competição interestatal.

Do ponto de vista da política econômica norte-americana, o que chama a atenção do autor é o conhecido vaivém de desvalorizações e revalorizações do dólar como instrumento do governo para arbitrar a concorrência interempresarial e a competição interestatal. Mais ainda, no torvelinho desse poder monetário é que se pode observar um desdobramento estrutural contraditório: um país que se sustenta pela moeda, mas a mantém com base em empréstimos e importações.

Para Arrighi, essa lógica manifesta a insustentabilidade da hegemonia norte-americana e seus indícios podem ser encontrados nas transições dos três momentos anteriormente descritos. Assim, a Guerra do Vietnã marcaria a *crise sinalizadora* do desarranjo por que passa os EUA, enquanto a Guerra contra o Terror seria a explicitação da *crise terminal* da hegemonia desse país; sintomaticamente, ambas acabam tendo como finalidade refazer a geografia política da Ásia Ocidental (manifestando a incapacidade norte-americana de enfrentar os acontecimentos decisivos que vão se desfechando na Ásia Oriental).

Se, na primeira metade do século XX, o modelo asiático se aproximava do europeu, na segunda metade se dá o contrário: o modelo europeu é que se aproxima do asiático. Arrighi aponta e usa para o endosso de sua tese a retomada de formas empresariais mais descentralizadas, baseadas mais na divisão social do trabalho entre unidades de produção do que na divisão técnica do trabalho dentro das unidades.

Entretanto, essa sobreposição do modelo asiático sobre o europeu, na visão do autor, faz-se num momento de fragilidade da hegemonia ocidental, para ser mais preciso: a Guerra contra o Terror teria acelerado a dependência norte-americana de crédito e de mercadorias estrangeiras baratas, fortalecendo a inserção externa chinesa, ao que se soma o fato de que parte significativa do déficit comercial dos EUA é financiado pela venda de títulos do Tesouro para a China. O conjunto desse quadro seria agravado pela ausência de uma política norte-americana para a China, pela própria dificuldade de se definir o interesse nacional norte-americano e por uma profunda dificuldade de se perceber as tendências atuais e futuras da economia chinesa.

A essa altura a tese central de Arrighi já se tornou evidente: o grande problema das relações sino-americanas é o fato de que o crescimento da economia chinesa segue ocupando cada espaço deixado pelo vacilo das tentativas de expansão da política norte-americana.

O desconhecimento sobre a origem e a dinâmica da ascensão chinesa torna-se evidente na tentativa de enquadrá-la como mais um caso de adoção do modelo neoliberal. Assim se ofuscam as características mais importantes capazes de elucidar o sucesso econômico desse país. Para Arrighi, há que se considerar que a China passou sim por um grande processo de abertura comercial e liberalização financeira, mas, se o país acolheu bem o investimento externo direto, o fez de maneira seletiva, atraindo capital produtivo e estimulando a criação de *joint ventures*; do mesmo modo, se é

verdade que a China se tornou atraente por sua grande reserva de mão-de-obra barata, é preciso ressaltar que se trata de uma reserva de elevada qualidade em termos de saúde, educação e capacidade de autogerenciamento. Além disso, em vez de privatização intensa, destaca o autor, os chineses optaram por expor suas empresas estatais à concorrência (interna e externa, pública e privada), e o papel do governo na promoção do desenvolvimento tem aumentado, tanto com o incentivo às Zonas de Processamento para Exportação (ZPEs) em regiões urbanas quanto com o estímulo às Empresas de Aldeias e Municípios em regiões rurais (EAMs). Atualmente, o governo chinês é o que mais intervém diretamente para promover a colaboração entre empresas, bancos e universidades no desenvolvimento de novas tecnologias. Em suma, para Arrighi, trata-se de subordinar os interesses do poder capitalista aos interesses do mercado nacional.

Ao ressaltar esse conjunto de aspectos, Arrighi ajuda a avançar na compreensão da economia de mercado socialista. Sem se perder nas discussões dualistas sobre a natureza capitalista ou socialista da economia chinesa, o autor oferece uma sugestiva possibilidade de explicação teórico-histórica.

Entretanto, ele comete dois equívocos fundamentais: por um lado, demonstra um excessivo otimismo com a possibilidade de universalização do modelo asiático-oriental difundido a partir da China; por outro lado, demonstra uma excessiva pressa em encontrar o declínio e a queda do poder norte-americano. Desconsidera, portanto, que atualmente parece haver mais complementaridades do que contradições entre esses dois países; afinal, se os EUA não sobrevivem sem os produtos chineses, a China não sobrevive sem a moeda norte-americana. Ou seja, apesar de lançar mão de meios analíticos próprios à crítica da economia política, Arrighi repete uma esperança baseada na economia política smithiana: a crença numa improvável justiça entre as nações promovida pela intensificação da concorrência e do comércio, quando na realidade nosso sistema econômico parece funcionar melhor ao sabor das guerras e dos monopólios.

Mas, sem discordâncias apressadas ou concordâncias passivas, o livro tem o mérito de reunir as principais inquietações sobre o capitalismo contemporâneo (o que não é pouco). As escolhas teóricas que o informam, suas teses centrais, assim como a composição das partes e o alinhamento do conjunto merecem leitura atenta e debate sério, uma tarefa que não se realiza sem bons conhecimentos da economia política e da história econômica dessas duas civilizações.